

**Ata da sessão ordinária realizada
dia 28 de junho de 2019**

Aos **vinte e oito dias do mês de junho**, do ano dois mil e dezanove, pelas **21 horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em sessão **ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, como 1.º secretário e **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 2.ª secretária, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: Luís Carlos Piedade Martins, Alexandre Guerreiro Figueiredo, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão, Maria Cristina Martins Brás Germano, Marília da Conceição Guerreiro, Manuel Barradas Dias, Mário José Soares da Silva, o secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro, a secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Secretário da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro. ----

Eleitos pelo PSD: Jorge Francisco Marques, José Romba Guerreiro, Ana Isabel Teixeira Guerreiro e Fábio Miguel Baptista. -----

Faltaram à sessão os deputados António Manuel Horta Fontinha (PS), Cláudio José Balbina Viseu (PS), Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD), o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro (PS), o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz (PS), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, pelos deputados suplentes Manuel Barradas Dias (PS), Mário José Soares da Silva (PS), Fábio Miguel Baptista (PSD) e pelo secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS), pela Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS), e pelo Secretário da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira (PS), respetivamente. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a Senhora Vice-Presidente, Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e os Senhores Vereadores, João de

Deus Lopes Pereira (PS), Ana Manuela Jesus Guerreiro Carmo (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD). -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

A.1.- Intervenções dos Municípios -----

A.2.- Esclarecimentos -----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

B.1 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

B.1.1 - Apreciação e deliberação sobre o pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Senhor deputado, Amândio José Rodrigues Pereira, nos termos do n.º 1 do art.º 77 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação; --

B.1.2 - Verificação da identidade e legitimidade do membro substituto, nos termos do n.º 1 do art.º 47 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação;

B.2 - Votação da ata n.º 10, de 29 de abril de 2019 (quadriénio 2017/2021);

B.3 - Leitura de expediente; -----

B.4 - Intervenções. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1 - Apreciação e deliberação sobre os documentos de Prestação de Contas Consolidados de 2018; -----

C.2 - Apreciação e deliberação sobre a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2019; -----

C.3 - Apreciação e deliberação sobre a tomada de decisão relativa à descentralização de competências para as Autarquias Locais;-----

C.4 - Apreciação e deliberação sobre a minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na CIMBAL, no âmbito do serviço público de transporte de passageiros;-----

C.5 - Apreciação e deliberação sobre a Operação de Reabilitação Urbana da Vila de Almodôvar - ORU - Apresentação do Relatório de ponderação da discussão pública do PERU - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para aprovação da versão final;

C.6 - Apreciação e deliberação sobre o Projeto de Regulamento Municipal do Cineteatro Municipal de Almodôvar; -----

C.7 - Apreciação e deliberação sobre os encargos decorrentes da atribuição do abono de despesas de representação ao Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Gestão Territorial;-----

C.8 - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação;-----

C.9 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na

alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----

C.10 - Aprovação da ata em minuta. -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que foi utilizado.** -----

O **Presidente da Assembleia** adiantou que embora nenhum munícipe se tenha inscrito nos termos regimentais, a mesa entende ter o dever de perguntar se, entre o público presente, há alguém que pretenda utilizar o período regimental de meia hora, a fim de colocar alguma questão. -----

Pedi a palavra, o munícipe **José Eduardo Pereira Brites.** -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor José Eduardo Brites** que proferiu o seguinte: -----

“1 - Assunto: Desporto Atletismo-----

Sobre o assunto acima mencionado nomeadamente a construção de uma caixa de saltos junto da pista de Atletismo para evitar de atletas que o queiram praticar terem de ir a Castro Verde ou Beja fazê-lo, exposto na sessão de 28 de Junho de 2018 ao que na altura foi dada a seguinte resposta e que passo a transcrever: -----

“A questão que coloca, e que lhe muito agradece, é a questão de não existir uma caixa de saltos, pois nunca ninguém tinha falado nisso. Irá ver conjuntamente com a vereação do desporto e com os técnicos do desporto esta situação e, se realmente existe um potencial cliente, será um caso a estudar e agradece que tenha feito essa alusão, porque assim permite-nos verificar a eventual possibilidade de obter a referida caixa de saltos”. -----

Dado fazer hoje precisamente um ano que tal assunto foi exposto e até esta data não ter sido dada qualquer resposta, e fisicamente no terreno não aparecer qualquer indício de construção da referida caixa de saltos pergunta agora o munícipe José Eduardo Brites, se está ou não prevista tal construção e caso afirmativo para quando?-----

2 - Assunto: Cultura- FACAL 2018 -----

Se tem conhecimento de se encontrarem ainda colocados nos postes à entrada (porta) daquele recinto, os panos com os dizeres referentes à FACAL realizada no ano de 2018 só metade enrolados e atados aos postes e outra metade a descoberto, dado o seu mau estado e aspeto que apresentam aos transeuntes que na rua passam. -----

Pergunta agora o munícipe se do facto tem conhecimento, caso negativo se há possibilidade se digne ordenar a sua verificação, para posteriormente os mesmos poderem ser removidos. -----

3- Assunto: Almodôvar-Limpeza do Poço Chafariz -----

Dado ter tomado conhecimento da informação à população datada de 8 de Junho de 2019 sobre higiene dos reservatórios de água, tais como fontes públicas e poços para melhor qualidade de água em todo o concelho e o poço acima citado ter sido sempre limpo aquando da limpeza dos outros citados naquela informação. -----

Pergunta agora o munícipe se também está prevista ou não a limpeza do poço público acima citado. -----

4 - Assunto: Reparação da Bomba do poço público Chafariz em Almodôvar-----

Se tem conhecimento aquela bomba se encontra avariada no sentido de deitar mais água para fora do que para o depósito. -----

Pergunta agora o munícipe se há possibilidade de ordenar a sua verificação e posterior reparação.-----

5 - Assunto: Cerca da Nora - Rua de Ourique - Almodôvar-----

6 - Assunto: Campo de Futebol das Eiras - Reclassificação -----

7 - Assunto: Parque Industrial de Gomes Aires -----

Pergunta o munícipe qual a situação atual e se para os mesmos existem já fundos comunitários aprovados. -----

Por último solicito que esta intervenção seja transcrita em ata, e a resposta dada me seja enviada.” -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu ao Senhor José Brites pela sua intervenção e passou de imediato a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que existe pelo menos um dos pontos que houve um esquecimento. Quanto aos outros um está relacionado com um projeto que estão a desenvolver para o Campo das Eiras e portanto nem sequer se pensou em fazer nada mais e esperar pelo projeto aprovado. Quanto à questão do chafariz desconhece que não tenha sido limpo, mas nesta fase se não foi também já não vai ser este ano, mas julgou que estava incluído na listagem. Explicou que temos uma listagem de poços e o único que não conseguiram limpar foi o poço do parque da Câmara Municipal, que pelo menos há 5 anos que sabemos que não é limpo, uma vez que a bomba não consegue chupar a água até ao final porque este poço tem mais de 12 metros de profundidade e a bomba tem 12 metros e não o conseguimos esvaziar todo. De resto pensou que todos os outros estivessem, fazem-no todos os anos. Lamenta imenso, mas a equipa que faz esta limpeza vem cá uma vez por ano e não vem cá só por um poço. Se a água não estiver capaz teremos que falar com os bombeiros para limpar, mas se a água estiver minimamente capaz é uma água que é usada todos os dias, pensando que não deve estar assim tão estragada, se é esse o facto. Irá mandar os canalizadores verificar. -----

Sobre a bomba não sabia, já tomou nota e pedirá à equipa para reparar. -----

Relativamente à caixa de saltos, é a questão que falava no início, de facto ouve aqui um esquecimento pois não verificaram a possibilidade de a colocar. -----

Quanto à “Cerca da Nora”, quer saber em que ponto é que está? Nós negociamos com os moradores daquela zona do “lote 21”, se assim lhe poderemos chamar, a possibilidade de construir um loteamento naquela zona, pensa que já chegaram a acordo na disposição dos prédios a construir para não afetar nenhum dos

residentes da zona. Quando compraram naturalmente era um loteamento e estava previsto loteamento, mas estava previsto um lote e nós queremos fazer cinco, daquele lote, julga que já estamos em condições de ter o acordo pronto para poder avançar para depois não existir problemas de levantamento de edifícios.-----

Sobre o assunto do Campo das Eiras o projeto está terminado e na próxima reunião de Câmara eventualmente já o apresentam para aprovação, apesar de já termos uma versão aprovada, mas a versão final do projeto, o projeto de execução com contas, com estimativa orçamental etc. deverá ser apresentado já na primeira reunião de julho. -----

Quanto ao Parque Industrial de Gomes Aires estamos no procedimento de tratar da mudança de terreno, isto é, da classificação do terreno que está em REN e agrícola para passar naturalmente a ser permitida a construção de loteamento industrial. O processo está em curso, de maneira que não lhe pode dizer quando é que estará pronto. Em simultâneo estão a desenvolver o projeto de loteamento com uma empresa de arquitetura privada e se calhar aparecerá simultaneamente tudo, mas não sei dizer se é um mês se são 6 se é um ano, está a avançar e logo que tenhamos respostas avança, porque é isso que queremos também. -----

Quis aproveitar para informar os Senhores Deputados que lhes foi entregue um livro que foi apoiado pela Câmara Municipal de Almodôvar e pela Câmara Municipal de Alcútem em conjunto e que tem a ver com um Senhor que nasceu na nossa Freguesia de São Barnabé e que viveu fora e regressou e os netos solicitaram apoio à Câmara Municipal. E no âmbito do nosso apoio cultural de recolha e publicação de texto e testemunhos culturais do concelho para as gerações vindouras decidiram apoiar em Câmara e também como oferecemos à pessoa do apoio os livros decidimos também dar um exemplar a cada deputado para que fiquem com este registo e já que é um apoio municipal também julgo justo que tenham. -----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS: -----

B.1.1 - PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELO SENHOR DEPUTADO, AMÂNDIO JOSÉ RODRIGUES PEREIRA, NOS TERMOS DO N.º 1 DO Art.º 77 DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

O **Senhor Presidente** leu a carta apresentada pelo Senhor deputado Amândio José Rodrigues Pereira, datada de 08 de maio de 2019, na qual pede a suspensão de mandato por um período de 180 dias, por motivo parentais. -----

De seguida, e tendo em conta que o motivo apresentado se enquadra no previsto no art.º 77º, n.º 3, alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia, **por unanimidade, deliberou:**-----

1.º - Aprovar a suspensão do mandato do Senhor deputado Amândio José Rodrigues Pereira, **por um período de 180 dias**, ou seja, com início em 08 de maio de 2019 e término a 03 de novembro de 2019;- -----

2.º - Convocar o seu substituto legal. -----

B.1.2 - VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE E LEGITIMIDADE DO MEMBRO SUBSTITUTO, NOS TERMOS DO N.º 1 DO ART.º 47 DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

Na sequência do pedido de suspensão do mandato do Senhor deputado Amândio José Rodrigues Pereira, para o período compreendido entre os dias 08 de maio de 2019 e 03 de novembro de 2019, foi previamente convocado, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 47º, n.ºs 6 e 7 do artigo 77º e n.º 1 do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Social Democrata para a Assembleia Municipal, Senhora Ana Isabel Teixeira Guerreiro. -----

Nessa sequência, encontrava-se presente a Senhora **Ana Isabel Teixeira Guerreiro**, **que aceitou preencher a vaga** originada pelo pedido de suspensão do Senhor deputado e após ter sido verificado, pelo Senhor Presidente da Assembleia, a sua identidade e legitimidade para o preenchimento da vaga, **tomou posse como deputada do Órgão deliberativo Municipal, iniciando, de imediato**, o exercício das funções para as quais foi empossado, conforme documento assinado, que faz parte integrante da presente ata. -----

As deliberações que se seguem passam então a contar com a apreciação, participação e deliberação da Senhora deputada Ana Isabel Teixeira Guerreiro. -----

AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA: -----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram seis pedidos de ausência para esta sessão. -----

Prossequindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados António Manuel Horta Fontinha (PS), Cláudio José Balbina Viseu (PS), Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD), o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro (PS), o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS) e o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz (PS), quem os aceitou substituir, durante esta sessão, foram os deputados suplentes Manuel Barradas Dias (PS), Mário José Soares da Silva (PS), Fábio Miguel Baptista (PSD) e pelo secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS), pela Secretária da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Palmira Mestre Cristina Guerreiro (PS), e pelo Secretário da Junta de Freguesia do Rosário, Vítor José Costa Nogueira (PS), respetivamente. --

Mais informou que a substituição do deputado António Manuel Horta Fontinha (PS) se fez ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento e as restantes substituições se fizeram ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento. -----

A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou. -----

B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 10, DE 29 DE ABRIL DE 2019 (QUADRIÉNIO 2017/2021):

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 10 da sessão ordinária de 29 de abril de 2019 (quadriénio de 2017-2021). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi, previamente, lida pelos membros e, submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Ata n.º 10 da sessão ordinária de 29 de abril de 2019** (2017/2021), tendo a Assembleia Municipal deliberado, por **unanimidade dos presentes**, com **16 votos a favor** (PS/PSD), **aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Jorge Francisco Marques (PSD), Manuel Barradas Dias (PS), Mário José Soares da Silva (PS), Fábio Miguel Baptista (PSD), e o secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS), não participaram na aprovação da ata. -----

B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE: -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** informou que dia 27 de junho recebeu um email do Senhor Vereador António Sebastião que diz assim:-----

“Anexo um documento, para que, no âmbito do direito de resposta que me assiste, seja lido nesta sessão e relativo à intervenção que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Barnabé efetuou na última Assembleia.” -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, foi então solicitado pelo Senhor Vereador António Sebastião para ler este texto, não sei se lhe deverei chamar ofício ou declaração, ao abrigo do direito de resposta que lhe assiste. Devo confessar sinceramente que depois de discutido e analisado este pedido com os elementos da mesa da assembleia, como é lógico, e informo que este pedido foi recebido ontem por volta das 20 horas, tivemos algumas dificuldades em nos decidirmos sobre a decisão a tomar. Por um lado porque não encontramos cabimento regimentar para este pedido, porque o Regimento fala-nos de direito de resposta quando há ofensas à honra ou à consideração, aqui nem é bem o caso da parte das declarações do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Barnabé, Senhor António Amaro, não foram feitas quaisquer ofensas à honra ou à consideração e por outro lado

porque o texto contem alguns termos que nós consideramos “algo pesados”, injustos para um homem bom, honesto, trabalhador e muito dedicado à sua Freguesia, enfim, aquilo que na nossa opinião podemos chamar um bom Presidente de Junta. Tomara muitas das Freguesias por esse país fora tivessem Presidentes de Junta como o Senhor António Amaro. -----

Mas para evitarem de serem acusados seja lá do que for, decidiram ler o documento até porque ao fim ao cabo entendem que se trata de uma correspondência recebida, de um ofício, do Senhor Vereador António Sebastião. Mas queria desde já passar esta informação à Assembleia que na opinião da Mesa as coisas estão a tomar um rumo que não lhes está a agradar. Coisas que são completamente contra a sua natureza, contra a sua maneira de ser e de estar e enquanto Presidente da Assembleia gostaria que esta situação não se voltasse a repetir daqui por diante. Temos o dever de ter mais cordialidade nas situações que abordamos e, se não for pedir muito, gostaria no final desta sessão da Assembleia falar um pouco com os líderes das bancadas, portanto agradecia que o Senhor Jorge Marques e o Senhor Luís Martins, no final desta sessão lhe dessem 5 minutos para poderem falar sobre algumas das questões que ultimamente se passaram. -----

Em nossa opinião, nesta Assembleia não devem ser utilizados termos ofensivos de uns para os outros, e depois de ser lida a declaração irão perceber melhor, porque ao fim ao cabo somos todos almodovarenses, queremos todos o melhor para o nosso Concelho e para as nossas gentes, só que cada um à sua maneira, temos ideias e opiniões diferentes sobre as mesmas matérias e cada um aplica-as e põe-nas em prática de acordo como as suas ideologias políticas e os seus ideais. -----

Irá ler agora o documento e diz desde já que não lhe agrada mesmo nada esta situação de estar a ler o teor deste documento que lhe foi enviado. -----

Irá ler o documento e como é natural dará oportunidade ao Senhor António Amaro, porque é visado nestas declarações, reservar-lhe o direito, se ele assim o entender, de no ponto B4 – intervenções, poder responder antes de qualquer intervenção de qualquer outro deputado municipal sobre qualquer outro assunto. -----

O documento diz assim: -----

“Por os pontos nos iiiiii -----

O senhor António Amaro, presidente da Junta de Freguesia de S. Barnabé, leu na Assembleia Municipal de Almodôvar, órgão onde tem assento por inerência de funções, uma declaração onde se congratulava pela requalificação e beneficiação da estrada de acesso à aldeia de S. Barnabé. -----

Até aqui tudo bem. -----

O que não precisava de dizer, nessa tal declaração e cito: “São Barnabé era uma freguesia, que a nível de beneficiações que satisfizessem o interesse da sua população, há muito que estava esquecida por esta Câmara”, e mais adiante acrescentava “Desta vez não foi ignorada a freguesia com menos população como anteriores executivos o fizeram”. -----

Para elogiarmos o trabalho dos nossos amigos que estão agora na Câmara, que não estão a fazer nenhum favor às pessoas de S. Barnabé, estão apenas a cumprir

as suas responsabilidades, não é preciso denegrir o trabalho de quem lá esteve antes; só lhe fica mal, até porque revela, falta de memória, ignorância, ou má-fé. Quaisquer destes atributos não abonam em nada quem exerce cargos de responsabilidade pública, até porque mina a confiança das pessoas quando verificam que quem os representa não tem quaisquer escrúpulos em mentir descaradamente. --

Mas eu ainda acredito que o tenha feito por alguma ignorância e por isso vou elucidá-lo de alguns investimentos feitos na freguesia de S. Barnabé por executivos por mim presididos: -----

- 1. Repavimentação do CM 1206 de S. Barnabé ao Pardieiro com corte de taludes. -----*
- 2. Pavimentação de um troço do CM 543 (estrada da altura) entre as Portelas e o Malhão.-----*
- 3. Pavimentação dos acessos a praticamente todos os montes junto ao CM 543, incluindo o monte das Figueiras, onde pavimentámos as ruas e recuperámos os palheiros de veio.-----*
- 4. Abastecimento de água domiciliária no monte das Soeiras.-----*
- 5. Construção de uma Etar nova na aldeia de S. Barnabé.-----*
- 6. Repavimentação das ruas de S. Barnabé, requalificação de espaços dentro da aldeia e beneficiação da igreja.-----*
- 7. Construção da ponte na ribeira da Azilheira em colaboração com o Município de Silves e um consórcio de empresas da auto-estrada.-----*
- 8. Abastecimento de água e tratamento de águas residuais em Felizes.-----*
- 9. Repavimentação de todas as ruas de Felizes.-----*
- 10. Repavimentação e requalificação do troço do CM 543 entre o cruzamento da Corte Figueira dos Coelhoos e as Portelas.-----*
- 11. Pavimentação e repavimentação das ruas da Várzea de Ourique e do Pardieiro, incluindo os acessos pavimentados aos montes junto a estas localidades.--*
- 12. Requalificação e beneficiação da igreja de Santa Susana.-----*
- 13. Pavimentação do CM 543 entre o Malhão e a Várzea de Ourique, incluindo as ruas das Fontainhas e da Carópia.-----*
- 14. Repavimentação do CM 506 entre o Talefe e o cruzamento da Corte Figueira dos Coelhoos.-----*
- 15. Repavimentação do acesso ao monte dos Cansados.-----*
- 16. Criação da Feira do Cogumelo e do Medronho em S. Barnabé e nova requalificação urbanística na aldeia de S. Barnabé.-----*
- 17. Repavimentação do acesso à Brunheira.-----*
- 18. Abastecimento de água domiciliária às localidades da Cumeada, Cercas e Monte Abaixo.-----*
- 19. Abastecimento de água domiciliária à Brunheira.-----*
- 20. Eletrificação de vários montes na Freguesia.-----*
- 21. Construção de uma estrada pronta a ser pavimentada (S. Barnabé/Alte) via monte Ruivo, com a colaboração da engenharia militar.-----*

Para além de outros investimentos e apoios, estes são os mais significativos, com um valor global que ultrapassa largamente os 4,5 milhões de euros, ainda repavimentamos e requalificamos a estrada Municipal de Almodôvar ao Talefe e do Talefe ao Sítio da Éguas (1,3 milhões) com benefícios importantes para todos os habitantes de S. Barnabé.-----

Sr. Presidente da Freguesia de S. Barnabé, explique aos seus colegas da AM o que significam todos estes investimentos, a sua dimensão e importância para a Freguesia.-----

Seja justo na análise dos factos, mostre que tem dimensão para representar o povo de S. Barnabé.-----

As pessoas da sua Freguesia merecem ter um bom Presidente.”-----

Prosseguindo, o Presidente da Assembleia disse que, como devem facilmente depreender, é angustiante para si ler um documento desta natureza, porque tal como já disse, não se vai coibir de dar a sua opinião. São palavras de todo injustas para uma pessoa que tem dedicado grande parte do seu trabalho à Freguesia e portanto como homem, como pessoa, não merecia de todo umas palavras desta natureza. --

Não se irá alongar muito mais e, para mostrar novamente a dificuldade que teve em ler este documento, só irá recordar um extrato da declaração que fez quando assumiu as funções como Presidente da Assembleia Municipal e depois dará a palavra ao Senhor António Amaro se ele o quiser.-----

Na parte final daquela declaração dizia “... dentro das funções que nos são atribuídas, pretendemos promover o diálogo franco e aberto entre os vários intervenientes, onde todos sem exceção possam expor livremente as suas opções políticas e os seus pontos de vista em relação aos assuntos aqui abordados e não permitiremos nunca que se caia na tentação de se fazer nesta casa politiquice em vez de política séria e honesta, não permitiremos que se caia na tentação de se promover o ataque pessoal porque, minhas senhoras e meus senhores, nesta situação teríamos de ser duros e persuasivos não nos coibindo de cortar pela raiz qualquer tentativa nesse sentido. Esta é uma casa digna que requer de nós toda a dignidade que o serviço público em si encerra e porque teremos de ser os primeiros a dar o exemplo perante os nossos munícipes, só admitiremos que aqui se debata os assuntos de uma forma elevada, educada e cívica, dentro do espírito democrático com que o debate deve ser promovido e nisso minhas senhoras e meus senhores podem ter a certeza que seremos justos, isentos, inflexíveis até porque do nosso lado temos um Regimento que joga a nosso favor e não permite quaisquer desvios nesse sentido.”-----

Posto isto, diz com toda a sinceridade não terá qualquer problema em particularmente falar neste assunto com o Senhor Vereador António Sebastião, até pelo relacionamento de há muitos anos que têm, conhecem-se há muitos anos, não só nestas lides políticas como até pessoais, não terá problemas em falar deste assunto com ele particularmente, mas ficou muito desagradado ao ler este documento, com o teor de algumas palavras que aqui são utilizadas. Assim sendo, e para não

perdermos muito mais tempo neste assunto, vamos avançar porque há coisas muito importantes que queremos tratar.-----

Continuando, o Presidente da Assembleia referiu que da leitura do expediente irá ainda dar conhecimento de mais um email que recebemos do Senhor Manuel Colaço Sebastião Peres, que nos vem alertar novamente para uma situação de um candeeiro em mau estado e que já remeteu a respetiva informação para os serviços, porque é uma situação recorrente e por isso teremos de ver se esta situação poderá ser resolvida no mais breve prazo possível.-----

Deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos, apelando mais uma vez à compreensão de todos e dirigindo-se em particular aos Senhores Jorge Marques e Luís Martins, requerendo a sua presença para falarem um pouco no final da sessão.

B.4 - INTERVENÇÕES. -----

Neste ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** começou por perguntar ao Senhor António Amaro se pretende prestar alguma declaração sobre este assunto, uma vez que foi visado no documento que o Senhor Vereador António Sebastião lhe enviou.-----

O Senhor António Amaro falou do seu lugar, não usou microfone e referiu que pretendia responder na próxima sessão.-----

O **Presidente da Assembleia** disse que o Senhor António Amaro pode pedir o documento, como lhe assiste, e depois intervir na próxima reunião.-----

Aproveitava e reforçava o pedido que acabou de fazer relativamente à questão da utilização dos termos, das palavras que utilizamos, agradecendo sinceramente ao Senhor Amaro que na intervenção que fizer não usasse palavras que depois pudessem ser difíceis de pronunciar, porque não é muito fácil dizer certas coisas quando estamos a falar entre pessoas que se conhecem, em meios pequenos onde todos nos conhecemos. Agradecia que o Senhor António Amaro tivesse isso em consideração.-----

(O Senhor António Amaro falou do seu lugar não usou microfone e não gravou) -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os deputados Cristina Germano, Ana Guerreiro e José Guerreiro.-----

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Cristina Germano** que proferiu o seguinte:-----

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia: é com enorme orgulho que manifesto publicamente a minha satisfação pela forma como tem gerido os trabalhos nesta Assembleia, gerando consensos e resolução de algumas questões que têm sido aqui levantadas, enquanto no desempenho do seu cargo.-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, penso que criticar é fácil, fazer melhor é mais difícil, ouvir dizer já devia estar feito também é fácil. Então porque não está feito? Não se pode exigir que seja feito em 5 anos o

que não foi feito em 12 ou 13. Todos os executivos que têm passado pelo município de Almodôvar têm o seu mérito, neste momento cumpre-nos a nós elogiarmos quem governa. -----

A Estrada Municipal 515 depois das obras concluídas está uma avenida digna de uma aldeia como é a Aldeia dos Fernandes. Ao executivo também vou elogiar as obras de reparação da estrada e entrada de São Barnabé, a homenagem aos mineiros, a homenagem aos professores após o 25 de abril, a requalificação do bairro de São Pedro, a requalificação da entrada sul, as obras na EB1 de Almodôvar, o transporte dos estudantes universitários para Beja e Faro, bem como o apoio para outras localidades, não esquecendo uma coisa muito importante, a universidade sénior que tirou do isolamento muito dos nossos séniores e que hoje é uma das grandes referências do nosso concelho. Obrigada aos professores que voluntariamente dispensam um pouquinho do seu tempo, obrigada a todos os intervenientes no jantar da gala de final de ano, pois foi maravilhoso. -----

Por fim não posso deixar de dar um forte agradecimento aos grandes homens que são os Presidentes das Juntas de Freguesia e aos grupos que os acompanham. São eles que diariamente dão a cara pela causa pública, muitas vezes ouvindo injustamente o que não deviam. Fazem o que podem com os fracos recursos financeiros que dispõem, recorrendo a maior parte das vezes à Câmara para a disponibilização da ajuda sem a qual seria impossível levar a efeito determinadas atividades ou serviços considerados de grande importância para as Freguesias.

Muito obrigado a todos.” -----

De seguida foi dada a palavra à **deputada Ana Guerreiro**, que começou por referir que hoje está aqui pela bancada do PSD para falar da problemática do lixo. -----

Considerando que o lixo é uma problemática que tem vindo a tornar-se cada vez mais evidente nas ruas do nosso concelho e considerando que nesta Assembleia é por diversas vezes a bancada do PSD tem vindo a alertar para este facto, vimos pelo presente voltar a questionar se o executivo pretende tomar ou já tomou medidas para alterar o circuito de recolha do lixo doméstico, uma vez que em quase todos os pontos de recolha de lixo existem queixas e evidência de excessos. Recordamos por exemplo que o Senhor Presidente mandou retirar os contentores subterrâneos que se encontravam na rua paralela à Caixa Geral de Depósitos, sito Rua do Afonso, que tinham sido colocados pelo anterior executivo, após verificação que seria um ponto crucial para manter uma imagem mais limpa do nosso centro histórico. Sem qualquer tipo de explicação ou justificação os contentores foram retirados e perguntamos agora, se considera, se foi uma boa decisão? Foram retirados e, observando, podemos ver que esta rua está apinhada de contentores verdes, 4 de um lado da rua e 4 do outro, e que quase diariamente estão cheios de lixo e deitam maus cheiros que proliferam pelas ruas circundantes, passando uma péssima imagem visual e olfativa do nosso centro histórico. Analisando toda esta situação que se tem vindo a tornar inaceitável, a bancada do PSD propõe que se tomem medidas mais inovadoras e mais eficazes, através por exemplo da introdução de um sistema de recolha porta a porta junto dos estabelecimentos comerciais, à imagem daquilo que já é feito em

muitas autarquias, e autarquias próximo de nós, como no concelho de Aljustrel, com fornecimento de contentores mais pequenos que ficarão à responsabilidade dos estabelecimentos e só poderão ser colocados nas ruas de x em x dias, sendo que a autarquia se responsabilizaria por recolher os mesmos nas datas estipuladas. Pensamos que esta medida poderia diminuir substancialmente a utilização dos contentores maiores, que se encontram por exemplo no centro histórico e serviria como experiência piloto para poder vir a ser aplicada em todo o concelho. Poderíamos não só realizar esta experiência com os estabelecimentos comerciais, mas também alargar a mesma aos moradores de determinado bairro da nossa vila, por exemplo ao bairro de Santo António, e posteriormente analisar os dados de eficácia ou não destas medidas, para poderem ou não ser implementadas de uma forma permanente e sustentável para o nosso concelho. Poderíamos por exemplo começar a realizar ações de sensibilização num dos bairros, por exemplo no bairro de Santo António, e posteriormente analisar os resultados. Primeiro ações de sensibilização quanto à recolha de resíduos sólidos urbanos e depois implementar a parte de recolha porta a porta e posteriormente deveríamos analisar os resultados das mesmas ações com uma análise frequente à situação e aos resultados obtidos, que se fossem benéficos para todos poderíamos depois implementar estas medidas nas várias freguesias do nosso concelho e alargar este programa educativo a todos os municípios. Achamos ainda que os contentores do lixo geralmente estão demasiado sujos e que deveriam ser lavados mais vezes, pois muitas vezes as pessoas não deitam o lixo para os contentores porque estes estão sujos e mal cheirosos. Assim os contentores deveriam ser lavados com maior frequência e em cada um deles deveria ser colocado um selo com a referência da data da sua lavagem e higienização. Com estes elementos e com a sua análise pelo serviço do ambiente da Câmara, poderíamos ter várias conclusões como as zonas da vila em que é necessário mais limpeza e higienização dos contentores e como é que seria feita a recolha do lixo, bem como poderíamos implementar nestas zonas ações de sensibilização mais frequentes e de orientar as populações para a mudança de atitudes e comportamentos face às problemáticas ambientais da recolha do lixo e de resíduos. Gostaria dos vos referir ainda que estas dinâmicas, como já disse, já são praticadas em diversas autarquias, nomeadamente em Aljustrel, que tem um projeto que é o projeto ecoAljustrel. Nos últimos anos a Câmara de Aljustrel tem vindo a substituir a rede multimaterial de recolha de lixo via ecopontos pela recolha seletiva porta a porta. Assim as zonas que têm este tipo de recolha de lixo respeitam certas condições e os dias de recolha para cada tipo de lixo, isto é, para além da recolha de resíduos orgânicos também estamos a promover a reciclagem de resíduos como o papel, o vidro e o plástico. E naturalmente promovem os benefícios para o ambiente e para as populações que servimos.-----

Pensam ainda que as escolas têm um papel fundamental a este nível e que poderíamos dinamizar. Sei que já fazem algumas ações a este nível, mas que poderiam ser dinamizadas mais ações educativas destinadas às nossas crianças sobre a problemática do ambiente, sobre a recolha do lixo, sobre a reciclagem, sobre a

importância da reciclagem de resíduos e de manter o ambiente da nossa vila mais saudável e limpo para todos. Estamos aqui não só para analisar as problemáticas ambientais do nosso concelho, um tema bastante atual e que deve ser uma preocupação de todos, mas também para dar a conhecer as nossas ideias que são inovadoras para a resolução destes problemas e para o benefício do quotidiano e da saúde dos munícipes de Almodôvar. -----

Ainda sobre a problemática do ambiente e porque nós estamos a sofrer uma situação de seca severa, dita pelo instituto de meteorologia, gostaria que o Senhor Presidente me referisse quais as medidas que está a tomar atualmente quanto a este facto, pois sabemos que algumas autarquias próximas de nós estão a implementar medidas que visem a utilização mais cuidada da água, que é um elemento essencial para o quotidiano de todos nós. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Guerreiro** que referiu o seguinte: -----

“A minha intervenção incide sobre uma área que reputo da maior importância para o nosso concelho e tem merecido da minha bancada parlamentar e dos eleitos do Partido Social Democrata uma atenção particular que hoje quero partilhar convosco, convidando especialmente os meus colegas deputados municipais a uma reflexão sobre estas temáticas e a uma posterior tomada de posição enquanto eleitos com a máxima responsabilidade na condução das nossas políticas autárquicas. -----

Quando entramos na vila de Almodôvar, pelo lado norte e pela EN2 deparamo-nos com o aspeto deprimente, assaz vergonhoso, a que chegou o antigo Centro de Saúde de Almodôvar. -----

Creio que qualquer almodovarense que se interesse pela sua terra não pode deixar de se sentir incomodado e até envergonhado e naturalmente muito preocupado pelo estado a que chegou aquele espaço e as suas instalações. -----

Sabemos que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia, que é uma Entidade com responsabilidades no nosso concelho, que detém um vasto património de interesses vários e que de acordo com a génese das Santas Casas deve gerir esse património de forma adequada, ao serviço da sua comunidade e de acordo com os princípios de solidariedade e filantrópicos. -----

Também sabemos que esta Entidade recebe dinheiros públicos através dos contratos que estabelece com a Segurança Social e essa é mais uma razão a acrescentar à responsabilidade que lhe é devida de constituir um exemplo para a comunidade, não só na gestão e boa utilização do seu património, como na sua imagem, dever de informação e de transparência em todos os seus atos. -----

Ora, parece-nos estar perante uma situação onde, manifestamente isso não acontece, o que afeta a credibilidade da Instituição Santa Casa, mas também prejudica o concelho na imagem que transmite e nos serviços que devia prestar e não o faz porque uma parte do seu património que devia estar ao serviço das pessoas, está abandonado. -----

Nós não podemos ficar indiferentes a esta situação, até porque no âmbito dos poderes do município, o executivo da Câmara já devia ter intervindo para obrigar a

Santa Casa a tomar medidas que minimizassem aquela situação, conforme consta na pagina 41 e 42 do PERU, que refere os instrumentos jurídicos de execução sobre a proteção do património, documento este que vamos apreciar no ponto C5 da ordem de trabalhos desta sessão. -----

Estamos perante uma situação de perigo para a segurança das pessoas e de saúde pública. -----

É nossa opinião que o dever das nossas Entidades com mais responsabilidades no concelho, Câmara Municipal à cabeça, deviam de colaborar para encontrar as melhores soluções para o concelho e suas populações, mas o que constatamos é uma aparente indiferença total perante estas situações. -----

De imediato, o espaço pode e deve ser limpo para melhor segurança e imagem.

Provavelmente vão-nos dizer que já estão tratar do assunto, então se é assim digam-nos o que estão a fazer, o porquê de nada se ver e nada constar e digam-nos o que vai acontecer no futuro, com datas previsíveis para ficarmos perante algum compromisso e não apenas com respostas vagas e de circunstância. -----

Na mesma linha de preocupação, aproveito para chamar a atenção para outra situação que nos preocupa bastante. -----

Queremos deixar a nossa posição perante aquilo que consideramos uma prioridade de intervenção no nosso concelho e do nosso Município e apelamos à Assembleia e à Câmara para que a considerem como tal: -----

Refiro-me à necessidade de uma intervenção global na recuperação do nosso edificado urbano, na vila de Almodôvar e noutros aglomerados urbanos que o justifiquem. -----

Constatamos que na nossa vila e nas suas principais artérias se encontram inúmeras casas devolutas, uma grande parte degradadas, constituindo perigo para a segurança e saúde públicas e na nossa opinião a Câmara devia de afetar recursos financeiros para que em cada ano adquirir algumas dessas habitações, proceder à sua requalificação e coloca-las no mercado na modalidade de arrendamento ou venda. -----

Esta é a política correta a adotar pelo Município no momento atual. -----

Não tem nenhum sentido, neste momento, estarmos a lançar mais loteamentos de iniciativa municipal, construindo novas infraestruturas, arruamentos, água e esgotos domiciliários, rede de abastecimento de energia, domiciliária e pública e telecomunicações com todos os custos inerentes e assistirmos ao esvaziamento das nossas zonas antigas e à sua degradação. -----

O mercado na vila de Almodôvar, tem oferta de lotes para construção, podem existir mais, se a Câmara obrigar e ajudar a desbloquear o loteamento da entrada poente no Maldonado, que parou no tempo, estando praticamente concluído, mas devido a vários problemas entre proprietários não se concluiu. -----

A Câmara deve interessar-se por isso e melhor ainda, deve garantir a pluralidade da oferta através de uma política de intervenção na malha urbana da vila. -----

A par da intervenção direta da Câmara neste conjunto de iniciativas, deve, numa perspetiva global e, indiretamente, incentivar os particulares a recuperarem edifícios em

zonas antigas, previamente delimitadas, atribuindo um conjunto de benefícios que passarão por isenção de taxas camararias e subsídios pecuniários, por exemplo. ----

Por considerarmos tão importante esta temática e pela sua prioridade, apresentaremos brevemente, através do nosso vereador no executivo camarário, um projeto de regulamento que possa dar corpo a estas políticas que são urgentes e devem ter execução prática.” -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por referir que a Senhora Deputada Ana Guerreiro foi de facto assertiva. Estamos com um problema já há muito tempo, que felizmente vai-se resolvendo, mas infelizmente ainda não está resolvido. -----

A Senhora Deputada mencionou que temos problemas de lixo em todas as ruas do concelho, desculpe deixe-me corrigi-la, não é verdade, nós só temos problemas de lixo em Almodôvar neste momento em 3 ou 4 zonas, nomeadamente a zona histórica, na Rua do Afonso como mencionou e especialmente o Jardim dos Bombeiros e todo o bairro 25 de abril quando há estudantes, porque é expectável que os miúdos façam mais lixo, jogam para o chão etc. -----

Não temos funcionários suficientes, nem equipamentos suficientes para fazer a limpeza e para ser eficazes nessas duas zonas, mas não deixa de ser um problema. De facto não estou a dizer que não tem razão, antes pelo contrário, não tem é razão nalguns pontos, nomeadamente a limpeza e higienização dos contentores. Ainda a semana passada foram todos limpos, todos lavados, só que temos um problema de sensibilização de quem os usa. -----

Grande parte das pessoas, não diz todos, ainda deitam no lixo aos baldes, sem os respetivos sacos, que com o calor e com a utilização de todos os dias acontece que eles ficam sujos, cheiram mal e de facto às vezes cheiram muito mal. -----

Quando retiraram a ilha que estava na Rua do Afonso, tiraram-na porque pensaram também que as instalações sanitárias da Rua de Beja seria um projeto mais célere do que de facto foi, não podiam deixar que a Rua do Afonso ficasse estrangulada por aquela ilha. -----

A decisão que foi tomada teve a ver com planeamento para ser uma zona para passar melhor trânsito, estacionamento e para haver passeio, para haver zona pedonal, como hoje já há tanto na rua que dá acesso ao Convento, como na Rua do Afonso, na Malpica e no Arco. -----

A zona não está de facto limpa, temos ali 8 contentores de lixo na Rua do Afonso, especialmente atrás da Caixa Geral de Depósitos, que são um bocadinho a lixeira da nossa Vila, mas eles são despejados 5 vezes por semana, não é falta de serviço naquela zona, é que de facto acumula-se uma grande quantidade de lixo, há uma grande produção de lixo naquela zona e eu acho que só vamos conseguir resolver aquele problema, que já surgiu esta conversa em reunião de Câmara, só vamos conseguir resolvê-lo quando conseguirmos construir as novas instalações sanitárias com os novos contentores que temos planeados para elas precisamente na Rua de Beja.-----

Adquirimos uma casa ao lado das instalações sanitárias para permitir o alargamento da entrada e para permitir precisamente a colocação destes contentores e de facto julgamos, temos esta perceção, tomara que estejamos certos, que quando aquela obra estiver finalizada resolvemos grande parte desse problema. Esse problema que acontece na Rua do Afonso é um problema que ultrapassa um pouco a capacidade da Câmara Municipal, deste executivo ou de outro qualquer, porque de facto acontece muitas vezes que os caixotes de lixo estão meios e há sacos no chão com animais domésticos a espalhar, a “esgravatar” nos sacos. Nós não conseguimos ter ali um colaborador 24 horas a dizer às pessoas para não fazerem aquilo, ou a dizer às pessoas se os caixotes estiverem cheios procurem o próximo, é impossível. -----

Aquilo que se faz é uma tentativa muito grande de resolver o problema. Às vezes não conseguimos e de facto é o único ponto em Almodôvar que ainda não conseguimos resolver, de resto não há mais problemas de lixo em Almodôvar, não há um único ponto a não ser um caso pontual, às vezes acontece, há uma pessoa que despeja uma casa e despeja tudo no caixote, uma pessoa que corta a relva de um jardim e enche o caixote mas não temos mais problema nenhum. -----

Aliás, devo informar-vos que vamos eliminar dentro da Vila de Almodôvar nas próximas duas ou três semanas 13 caixotes de lixo de superfície, vamos substituí-los por 3 novas ilhas e num futuro próximo haverá certamente mais ilhas a serem instaladas, porque já temos candidaturas feitas para esse efeito e julgamos que resolvemos o problema assim. -----

No entanto, a questão da sensibilização que menciona, acho que pela primeira vez na história dos executivos anteriores da Câmara, o meu incluído, que nós fazemos sensibilização porta a porta junto do comércio local, especificamente para a recolha do papelão e objetos de maior dimensão. Fazemo-lo todas as semanas ou fazemo-lo com periodicidade e também recolhemos porta a porta. Julgo que às terças e quintas recolhemos lixo dessa qualidade de grandes dimensões e papelão e recicláveis porta a porta. -----

O sistema que menciona de Aljustrel foi um sistema que está a funcionar, mas não funciona na Vila toda. Funciona num bairro específico, é um projeto piloto e é um projeto que ainda não tem pernas para andar, vai levar algum tempo a ser montado. Nós já pensamos faze-lo aqui numa zona que permita essa recolha, chamamos sistema PAYT [Pay As You Throw] porque permite que a pessoa tenha o seu próprio contentor e paga consoante a produção que tem, mas nós ainda não estamos devidamente sensibilizados para fazer esse tipo de trabalho, nem a Câmara tem ainda os meios necessários para o implementar, vamos pouco a pouco conseguir.

No entanto, não temos problemas de lixo no concelho com exceção de casos pontuais, que acontece em todo o lado, o único problema que temos é precisamente a zona histórica da vila e o Bairro 25 de abril. Não está a abdicar da sua responsabilidade de autarca na resolução desses problemas, é um facto eles estão lá, estamos a tentar resolver, já havia problemas anteriormente, agora de vez em quando pioram e pioram por exemplo quando há um fim-de-semana festivo ou quando há

um fim-de-semana mais prolongado, no entanto estas zonas são recolhidas todos os dias da semana. Mais penso que não conseguimos fazer, a não ser quando tenhamos aquela parte dos contentores subterrâneos instalados, ficamos com 3 ilhas à volta do centro histórico e julga que talvez consigamos resolver, ficamos com uma no início do Bairro 25 de abril, com uma junto à igreja e com esta na Rua de Beja, talvez seja uma solução. -----

Depois relativamente ao selo, acho que é uma sugestão que deu muito boa, nós já falamos em colocar um autocolante precisamente para tomar nota, é uma boa solução e é uma solução a adotar, até porque indica à pessoa que vai deitar o lixo que aquilo está limpo. -----

Fala depois a Senhora Deputada na questão da sensibilização que nós também fazemos em escolas, por exemplo. Nós fazemos sensibilização nas escolas para os miúdos e a próxima geração, não é porque fazemos sensibilização mas é porque estão sensibilizados via televisão, pelo que leem, pelos professores etc., a próxima geração não nos vai dar problemas de lixo. A nossa geração é que está a dar esse problema, a próxima não vai dar porque estão sensibilizados para fazer reciclagem, para fazer biodegradação, para utilizar produtos biodegradáveis etc. etc. -----

Relativamente à seca e às medidas de contenção, não foram ainda tomadas, não se viu essa necessidade, mas urge neste momento tomá-las e vamos tomar as mesmas que tomamos o ano passado, contenção nas regas. É pena que a relva possa secar ou ficar mais fraca mas temos que o fazer, a sensibilização das pessoas e disponibilizar poços públicos para utilização de recurso para os animais. --

É o que podemos fazer, depois em último recurso, penso que não vamos chegar a essa parte, será fracionar o uso da água que é uma questão muito, muito, difícil e será de último recurso porque de facto não há essa necessidade, mas devo dizer-vos que todos nós autarcas do Baixo Alentejo estamos deveras preocupados com a seca severa. Estamos com a barragem que nos fornece em Almodôvar a cerca de 11% e se considerarmos que aquilo tem 3 ou 4% de lodo, matéria orgânica no fundo, estamos com uma capacidade de 8%, significa que até ao final do ano temos água, mas depois se não chover estamos, desculpem a expressão, “tramados”. -----

Urge aqui analisar situações e não é só na contenção de água, é encontrar soluções e felizmente que antes de nós cá estarmos alguém se lembrou de construir duas barragens em Almodôvar e andamos a tentar que seja construída uma outra na Ribeira de Oeiras, mas isto não vai resolver os problemas nos próximos 5 ou 6 anos, que isto são projetos a longo prazo. De qualquer das maneiras as medidas de contenção irão surgir se o calor continuar na próxima semana, este fim-de-semana vai ser polémico, estamos com temperaturas altíssimas e em perigo máximo na proteção civil em termos de incêndio. -----

Penso que respondi mais ou menos a tudo, a sua preocupação é também a nossa preocupação e de facto anoto essa parte. -----

O Senhor Deputado José Guerreiro fala de um assunto pelo qual muito lutou no início do seu primeiro mandato. Reuniu-se várias vezes com o Senhor Ministro da

Saúde, à data então Adalberto Fernandes, foi-lhe dito que houve uma tentativa antes de fecharem o Centro de Saúde de negociar com a Câmara a instalação de uma Unidade de Cuidados Continuados, havia notas sobre esse assunto, mas não foi possível chegarem a acordo e também não foi possível chegar a acordo com a Santa Casa, porque existe um processo em Tribunal e a Santa Casa exigia valores que o Ministério da Saúde não queria pagar. -----

No entanto, a situação que temos é uma situação complicada. Depois de algumas reuniões, depois de algum trabalho, depois de sensibilização e depois da vontade também da Santa Casa, surge agora na Câmara uma intenção de projeto para aquele espaço, já existe um projeto modelo para apresentação, julgo que vão avançar com obras muito em breve. -----

A Câmara, na sua pessoa, já se disponibilizou caso exista algum apoio do 2020 ou outro do género de ajudarmos como temos ajudado a Fundação São Barnabé, a CERCICOA, etc. ajudamos a construir em termos financeiros, colaborarmos naquilo que seja possível em termos logísticos, em termos de projeto e esperemos que de facto desta vez a Santa Casa faça daquele espaço um espaço nobre como merece a entrada da vila. Como disse e muito bem, o senhor deputado, que está completamente degradado, que é um perigo, cuja eletricidade foram os nossos eletricitas que foram lá desligar porque o Ministério da Saúde não queria desligar e a Santa Casa também não e estava com fios à vista etc., portanto nós temos feito algum esforço para ir encontrando soluções e não temos conseguido encontrar soluções porque não mandamos na Santa Casa, porque não tomamos decisões, porque não conseguimos de facto que eles abdicuem do processo que têm em tribunal, já há algum tempo, a pedir indemnização pelos estragos, um assunto deles aos quais estamos alheios, mas tentamos pressionar o máximo. O que conseguimos fazer é pressionar, é sensibilizar, mais que isto não conseguimos. -----

Há aqui uma coisa que tenho de dizer ao Senhor Deputado em relação às casas devolutas. Tem toda a razão, Almodôvar não tem muitas, mas tem bastantes, temos aldeias com muitas, Neves, Porteirinhos, Monte dos Mestres, Semblana tem muitas. Também temos aldeias com dezenas de casas, algumas a caírem para a rua, algumas sem saber quem são os donos, outras os donos não têm possibilidades de o fazer. Devo-lhe dizer que saiu agora há muito pouco tempo uma nova lei da nova geração de recuperação de casas, em que permite à Câmara Municipal num processo bastante rápido, 3 a 4 meses consegue-se resolver, tomar posse administrativa da casa, reparar a casa, arrendar a casa a custos controlados, até perfazer o dinheiro do custo da obra feita e depois devolver a casa aos proprietários caso existam, caso não existam fica em *standby* até aparecer. Vamos começar a trabalhar nisso, estamos a candidatar-nos a uma medida que nós chamamos ELH - Estratégia Local de Habitação, que vai surgir a candidatura até ao final deste ano, precisamente para ter dinheiro, para ter capital e para ter um “encosto legal” para poder fazer isso, para não virmos a ter problemas no futuro, seja este executivo ou outro, que depois das coisas serem tomadas em posse administrativa tenhamos a liberdade legal para fazer as obras e cooperar naquilo que a lei nos permite. -----

Não concorda com a opinião dos Senhores Deputados do PSD sobre os loteamentos municipais, dizem que não é necessário e eu digo-lhes o contrário, digo-lhes que não são a mais, digo-lhes que os loteamentos municipais são uma oportunidade para jovens com menos capacidade financeira poderem ter casa em Almodôvar, não obstante outros comprem em loteamentos privados. Têm mais espaço, têm melhor vista, têm eventualmente melhor localização, seja aquilo que for, a Câmara não vai deixar de fazer loteamentos municipais só porque existem investidores privados, também não vai bloquear investimento privado, mas sempre que possível vamos ter as duas vertentes para permitir que os nossos jovens que queiram ficar em Almodôvar possam ter acesso a lotes mais baratos que são precisamente financiados pela Câmara, que é essa a nossa função e não deixaremos de o fazer. O loteamento Mártir e Santo foi recentemente aprovado em Câmara, está a ser preparado o projeto de infraestruturas do loteamento, a seguir vamos avançar com um da Aldeia dos Fernandes e a seguir com um do Rosário, temos terrenos em ambas as aldeias e é só uma questão de projeto e dinheiro disponível para avançar. -----

A questão que falou do projeto do loteamento do Senhor Guerra, que está à entrada de Almodôvar pela estrada 393, nós já tentamos, não está fácil chegar à Caixa Geral de Depósitos, daqueles 46 ou 47 lotes disponíveis 5 estão comprometidos com o proprietário do terreno, mais 4 ou 5 estão comprometidos com uma empresa, existe ainda uma dívida para com essa empresa que fez o loteamento e existe uma dívida para o banco em que a Caixa Geral de Depósitos de Aljustrel diz que os 36 lotes disponíveis não chegam para pagar a dívida. Nós tentamos, o valor que foi abordado, ainda que informalmente, rondava 1 milhão de euros e 36 lotes disponíveis e 36 lotes ou 37 por um milhão de euros é extremamente caro para a Câmara e não sabemos sequer se conseguimos resolver o problema nessa situação, porque a Caixa não se mostrou disponível para vender. Dizem que o processo está a correr, têm de fazer as contas, têm de esperar e não estão disponíveis para dizer sim senhor o preço é este e vamos falar, não estão. -----

Já tentamos pelo menos em 3 reuniões formais, vamos continuar a tentar, era uma grande oportunidade, é só chegar lá fazer a segunda camada de pavimentação e está pronto a construir, é uma boa sugestão mas infelizmente não conseguimos lá chegar. -----

De resto, como já disse, não vão parar de avançar e a estratégia local de habitação vai ser um projeto que vai ter que vir aqui à Assembleia para ser aprovado, porque no fundo vamos tomar posse de coisas que não são nossas, ainda que temporariamente, mas vamos ter essa licença para o fazer. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADOS DE 2018: -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** referiu que a matéria foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e questionou o Senhor Presidente da Câmara se pretendia esclarecer os presentes sobre a situação.

O **Presidente da Câmara** referiu que todos os deputados têm em seu poder os mesmos documentos que ele tem. Explicou que a prestação de contas consolidadas no fundo é juntar as contas das diferentes entidades que funcionam com a entidade mãe, que é a Câmara. Neste caso, temos principalmente duas entidades, a RESIALENTEJO e o CEVRM. A participação do CEVRM é diminuta em termos de valor, mas a participação na RESIALENTEJO é significativa, são 12 % que equivale a cerca de 800 mil euros de investimento. Estas contas consolidadas foram aferidas pelos nossos gabinetes e também certificadas pelo ROC. -----

Como podem verificar nos resultados os mesmos foram positivos, não há nada a apontar nas contas, batem certo e foram preparadas e efetuadas conforme a legislação. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação, o Relatório de Gestão Consolidado de 2018, bem como os demais documentos que integram a Prestação de Contas Consolidadas, relativas ao ano de 2018, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD) **deliberado**: -----

Aprovar, os documentos que integram a Prestação de Contas Consolidadas de 2018, elaborados no termos da Portaria n.º 474/2010, que aprovou a Orientação n.º 1/2010 - Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do Sector Público Administrativo e, em cumprimento do disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

O deputado José Guerreiro, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto: -----

É só para informar que votamos favoravelmente os documentos da prestação de contas consolidadas, porque consideramos estar perante um documento essencialmente técnico. Chamamos a atenção para as recomendações efetuadas e que devem merecer da parte do executivo toda a atenção no sentido da sua normalização. A nossa apreciação sobre o despacho da Câmara relativamente ao ano de 2018 foi plenamente expressada na última sessão da Assembleia, onde foram presentes o Relatório de Atividades e Conta de Gerência. -----

C.2 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2019: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e informou que este ponto foi também aprovado por unanimidade em reunião de Câmara e pediu ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse um pequeno resumo sobre esta matéria. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que a Lei agora permite que façamos as Revisões necessárias, quando as queremos fazer, antigamente só se permitia 2 por ano, salvo o erro. Esta foi feita para que até ao final do ano estejamos a cumprir integralmente com a dotação na rubrica certa, ou seja, quando

prepararam o orçamento, o ano passado, abriram uma rubrica chamada “Saberes e Sabores de Almodôvar” porque tínhamos feito uma candidatura e estávamos na expectativa que a mesma fosse aprovada. A candidatura não foi aprovada nessa altura, porque não podíamos fazer uma candidatura de internacionalização de produtos sem ter primeiro a estruturação desses produtos cá dentro do concelho antes de os mandar para fora e para preparar a qualificação desses produtos. Preparamos uma segunda candidatura e a rubrica do orçamento não estava preparada com o nome adequado para essa candidatura. -----

Aproveitamos, fizemos uma outra alteração não significativa, mas de facto esta revisão foi essencialmente para colocar uma rubrica chamada “Saberes e Sabores Tradicionais - Qualificação dos Produtos Locais para os Desafios do Presente e do Futuro” e foi basicamente isto. E em boa hora o fizemos, acabamos de receber na sexta-feira passada a notificação que a candidatura foi aprovada e portanto vamos ter alguma verba também para promover a qualificação, a preparação dos produtos, a melhoria, o profissionalismo dentro dos produtos que nós temos, **especialmente nas sete fileiras PROVERE**. Portanto basicamente esta alteração foi para esse efeito.----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição.-----

Não havendo intervenções sobre o assunto, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019**, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD) **deliberado**: -----

Aprovar ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a **Segunda Revisão** ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2019. ---

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

A deputada Ana Guerreiro, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto: -----

Nós votamos favoravelmente esta Revisão, porque o montante envolvido não é significativo e pretende-se ao abrir estas novas rubricas criar condições para possíveis candidaturas e financiamento comunitário. -----

Chamamos mais uma vez à atenção para a dificuldade que este executivo demonstra para conseguir conter as contas da Câmara dentro da exigência legal, que é a observação do princípio do equilíbrio orçamental. Esta revisão prevê o cumprimento da regra apenas do ponto de vista provisional, sendo certo que a 31 de maio estamos mais uma vez em não cumprimento. É preocupante porque pode prejudicar o município em várias vertentes e esta situação já se está a tornar recorrente. -----

C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A TOMADA DE DECISÃO RELATIVA À DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e começou por informar que esta matéria em termos de reunião do executivo camarário foi também aprovada por unanimidade.-----

Continuando, explicou que foi decidido aprovar a não-aceitação da transferência de competências referente ao transporte turístico de passageiros e do serviço público de transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores e também aprovar a não-aceitação da transferência da competência referente às áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, porque são matérias que não nos dizem grande coisa, mas, por outro lado, foi decidido aprovar por unanimidade a aceitação da transferência de competências relativamente ao domínio da Educação concretizada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro. -----

Sobre esta matéria que vamos apreciar, permitam-me os Senhores Deputados Municipais fazer uma breve introdução sobre este assunto, tanto mais que devido às minhas funções profissionais é uma matéria que me é sensível. -----

“O que vamos apreciar e deliberar em seguida é uma matéria algo delicada e sensível, mas extremamente importante, que acarreta uma grande responsabilidade para a Câmara Municipal, até pelas dúvidas que subsistem em relação aos apoios a receber por parte do Estado. Este assunto merece, e certamente mereceu, de todos nós uma análise muito cuidada e profunda, tal como o foi na reunião de Câmara onde este assunto foi abordado e cuja proposta de aceitação de transferência de competências relativamente ao domínio da educação foi aprovado por unanimidade, depois de uma análise séria e profunda por parte de todos os intervenientes, conforme se pode depreender da leitura da respetiva ata. Depois de trocar impressões com os elementos da nossa bancada, compreendemos e aceitamos os pressupostos que levaram este executivo a decidir-se sobre a aceitação desta competência, tanto mais que a mesma é irreversível e não a aceitando agora de uma forma voluntária teríamos de a assumir forçosamente em 2021. Assim, e na opinião deste executivo, a qual partilhamos, ao anteciparmo-nos poderemos daí tirar benefícios e dividendos pelo pioneirismo da nossa decisão. Aceitando e tomando como válidos os argumentos que o executivo invocou para assumir desde já esta competência, temos a convicção que poderemos angariar agora mais apoios que provavelmente não teremos, caso só nos decidamos a assumir obrigatoriamente a transferência desta competência no domínio da educação em 2021. Certezas absolutas não as há, ninguém nos consegue dar essa garantia, mas temos a convicção que se avançarmos agora poderemos conseguir os apoios necessários, ou pelo menos suficientes, para melhorarmos as condições físicas da nossa escola sede do agrupamento, que como todos nós sabemos, precisa de fundos para obras de reparação e manutenção, que seriam mais acessíveis se a mesma estivesse sob a alçada da Câmara Municipal. Toda a gente sabe que os apoios dados pelo Estado às escolas são muito escassos, não dando sequer a possibilidade aos seus responsáveis de fazer obras de fundo e nem assegurar as condições de trabalho, de conforto e de comodidade que desejariam para os seus alunos. O seu poder reivindicativo junto dos responsáveis

políticos que têm o poder de decisão sobre estas matérias não é tão forte quanto o dos responsáveis do poder político das autarquias, nem é essa a principal função para que estão vocacionados, e os edifícios escolares vão-se degradando, para desagrado dos seus responsáveis que muitas vezes nada podem fazer para inverter a situação. Assim, julgamos que podemos beneficiar se nos anteciparmos na decisão e podemos garantir os apoios necessários para fazer as intervenções de fundo e mais urgentes que a escola precisa e que a comunidade escolar e os alunos especialmente merecem, de modo a não haver um diferencial tão grande entre as condições das escolas onde os nossos alunos iniciam o seu percurso e as condições da escola onde o terminam. Recordo, só a título exemplificativo, que todos os jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo do nosso concelho têm ar condicionado em todas as salas, proporcionando boas condições de aprendizagem, de comodidade e de conforto a quem lá trabalha, estando igualmente prevista, julgo que para breve, a remodelação de todo o parque informático destes níveis de ensino, que recorde-se, estão sob a tutela da Câmara Municipal. -----

Pensamos assim que toda a comunidade escolar, em especial os alunos, teriam a ganhar com esta decisão que nos é proposta pelo executivo da Câmara Municipal e fazemos votos para que esta matéria seja aprovada por unanimidade nesta assembleia. -----

Gostaríamos igualmente que, em caso de aprovação, este processo seja tratado com a lisura e transparência que o mesmo merece e esperamos, e desejamos, que os responsáveis pelas instituições envolvidas se sentem à mesma mesa, apontem o mesmo caminho, discutam e analisem ao pormenor esta matéria que é tão importante e tão sensível, que não deixem pontas soltas que possam afetar o relacionamento das instituições envolvidas, de modo a que os principais beneficiados sejam os alunos, as nossas crianças, os jovens do concelho de Almodôvar. Da minha parte e, julgo que posso falar em nome desta Assembleia, estou disponível para ajudar e colaborar no que for possível, se os responsáveis por este processo entenderem que a minha experiência de mais de 40 anos ao serviço da educação possa valer de alguma coisa. -----

E agora, senhoras e senhores deputados municipais, a decisão está nas nossas mãos. -----

É claro que eu não poderia de deixar de ter uma opinião sobre esta matéria e peço agora ao Senhor Presidente da Câmara que nos esclareça e elucide sobre o que vamos deliberar em seguida.” -----

O **Presidente da Câmara** disse que pouco lhe resta dizer, pois o Senhor Presidente da Assembleia foi extremamente elucidativo e transmitiu na íntegra aquilo que é a essência deste projeto. Resta-lhe só acrescentar que em termos de Câmara Municipal, o executivo partilha um receio muito grande nesta decisão, sabemos que as obras que estão a ser necessárias na escola são muito dispendiosas. Sabemos que há blocos onde não funciona uma única casa de banho, sabemos que a escola não tem qualquer eficiência energética em nenhum dos blocos, sabemos que ainda há na escola locais com coberturas que estão proibidas, sabemos que a escola não

cumpra qualquer lei atual de acessibilidades, de eficiência, saneamento, de energia, sabemos isso tudo. Não é culpa de quem está na escola, não é culpa de quem funciona ou trabalha na escola, é culpa talvez da antiguidade e da falta de preocupação do Governo Central em obras para esta escola, em ir atualizando a escola de Almodôvar. Mas também sabemos que existem 600 ou 700 escolas neste país e é quase impossível ao Governo manter escolas mais periféricas como a nossa sempre atualizadas, onde o número de utentes vai diminuindo, quando outras nas grandes cidades, nas grandes metrópoles Coimbra, Lisboa, Porto, Faro, etc. vão aumentando a sua população estudantil que nos vai faltando a nós. Portanto, a aposta do Governo Central vai muitas vezes para esses centros urbanos e sabemos naturalmente que se não for a Câmara Municipal neste momento a jogar as mãos à “escola secundária” e eu chamo-lhe “escola secundária” porque é mais fácil, se não for a Câmara Municipal estaremos mais 7 ou 8 anos sem obras na escola e isso pode significar não direi o fecho, mas pode significar a incapacidade ou a possibilidade de quase não termos condições para ter aulas naquela escola. E isto já se prolonga há muitos anos, há 10 ou 15 anos que miúdos levam cobertores para a escola, que no verão não conseguem dar aulas em certas salas porque o sol incide e as persianas não funcionam e nunca houve de facto da parte do Ministério uma preocupação com a escola de Almodôvar. E por isso nós não queremos nem vamos ser os “salvadores da pátria”, não é isso que está em causa, vamos é fazer parte da solução, vamos agarrar a escola e tentar numa primeira fase pô-la funcional em termos básicos e depois fazer uma candidatura, fazer um projeto bem feito para poder candidatar obras na escola, vamos preparar a escola para os próximos 40 anos, não vamos fazer obras simplesmente de fachada para ela ficar bonita agora e daqui a 2 ou 3 anos não estar funcional. Vamos ter aqui diferentes fases de funcionamento porque não temos 2 milhões de euros, nem temos projeto aprovado, nem condições para avançar com as obras na escola já. Mas temos condições para limpar aquele pátio, para mudar os vidros, para apetrechar a cozinha, para colocar arcas congeladoras porque das que lá estão só funciona basicamente uma que é a nossa, as outras 2 ou 3 não estão a funcionar devidamente, para limpar aqueles fogões, enfim para dar algum ânimo ao funcionamento da escola, que mais uma vez digo está degradada e não tem a ver com quem lá trabalha tem a ver com uma não preocupação do Governo Central em ir atualizando e as coisas vão tendo uso e vão-se gastando e o que nós vamos fazer é precisamente isso. Para já vamos avançar com aquilo que é prioritário, para que os miúdos dia 1 de setembro ou dia 15 quando começarem as aulas tenham melhores condições do que quando de lá saíram e a seguir temos um período de 1 ou 2 anos para preparar um projeto que nos leve a ter uma escola digna, capaz e funcional para os próximos 30 ou 40 ou 50 anos, para as nossas gerações dos nossos filhos e dos nossos netos, essa é a nossa intenção. Quando está a dizer isto naturalmente sabe que nem tudo funciona como nós dizemos, sei que nem tudo vai ser fácil, mas pelo menos vamos tentar tudo por tudo para que sejamos parte da solução e para que a nossa escola secundária comece a ter uma nova imagem em termos funcionais e operacionais,

daquilo que são as necessidades dos nossos miúdos. Não vamos assumir nada da parte pedagógica, que estas competências não tem a ver com pedagogia, vamos preservar e manter o bom relacionamento entre quem comanda a pedagogia e quem comanda a parte executiva operacional, vamos tentar a todo o custo que este processo de transição seja o mais fácil e mais honesto e transparente possível. Não é um processo fácil, há muitos detalhes, por exemplo hoje tivemos a visitar a escola com a nossa Diretora Regional, a nossa Delegada de Educação Regional, e há detalhes que no surgiram nessa visita. O parque informático da escola tem 150 computadores com 10 anos, alguns deles levam quase meia hora até conseguirem ligar, coisas deste género que nós sabemos que nos vão aparecer pela frente amanhã e que não estamos preparados nem sabemos o que existe, porque é muita informação em simultâneo, mas vamos fazer parte da solução. A nossa prioridade no próximo ano passa a ser resolver o problema da escola, não abdicando de outros projetos que já tínhamos em carteira, mas vamos focar a nossa atenção em algo que o ano passado não era uma preocupação mas que agora é. -----

Deve dizer que aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia mencionou reflete aquilo que pensa e é também a ideia dos nossos Vereadores, vai ser uma grande responsabilidade para a Câmara. Até ontem, ou até dia 1 de Setembro, as pessoas quando tinham problemas na escola não tinham ninguém a quem recorrer e agora passam a ter a Câmara, a porta da Câmara para vir bater e para vir solicitar, tanto pais, como encarregados de educação, como professores como diretores, têm agora aqui uma porta ao lado onde podem de facto solicitar. E vai ser essa a nossa responsabilidade. E se a vamos tomar, tenham consciência Senhores deputados que temos receio, mas também temos muita coragem e vontade. Mas temos receio, não é um processo fácil e não vamos de ânimo leve. No entanto, sabemos que se não formos agora dois anos antes da obrigação, que em 2021 vamos ter que a assumir obrigatoriamente. Se formos agora sabemos que temos algumas vantagens, porque temos mais atenção dos departamentos em Évora e Lisboa, do Ministério porque há menos Câmaras a assumir. Sabe que há colegas seus, aqui à volta, que não vão assumir. Não vai assumir a escola em nome da Câmara para fazer favores a ninguém, aquilo que vamos fazer é parte da solução para os nossos estudantes de hoje e amanhã. Não estamos a fazer favores políticos porque noutras situações não os fizemos, estamos sim a tentar encontrar soluções tanto ao nível funcional como fazendo parte de sugestões educativas, também vamos fazê-la, não somos simplesmente uma porta para bater para pedir dinheiro, queremos fazer parte da solução integralmente e para isso estamos cá tanto ao nível da parte pedagógica, naquilo que podemos apoiar, como naquilo que são os equipamentos para suportar a parte pedagógica de hoje e de amanhã. -----

Se tiverem alguma questão, os mapas que vocês têm refletem as contas do ano de 2018, vamos criar por negociação uma comissão de acompanhamento e vamos ter um ano para aferir contas. As contas que vocês têm aí não são suficientes para cobrir as despesas da escola, só em eletricidade a escola em 2018 gastava cerca de 4 a 5 mil euros por ano e passou para 7 pela instalação de alguns ares

condicionados este ano. A água duplicou, o gás certamente também está mais porque nós começamos a fazer as refeições do ensino básico na escola e essas contas não estão refletidas e nós temos aqui um ano para aferir estas contas e para dizer ao Ministério da Educação o valor justo. No entanto ele nunca vai ser justo, a Câmara vai ficar sempre prejudicada com este negócio, sempre, porque há sempre situações que não estão espelhadas e nunca virão a estar, mas essa é a nossa função, é servir o povo e esse é o lema com que estou hoje a propor-vos que votem favoravelmente na aceitação desta competência.-----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** perguntou aos Senhores Deputados se tinham alguma dúvida, se pretendiam solicitar algum esclarecimento adicional e abriu as inscrições para este ponto, não se tendo verificado nenhuma inscrição.-----

Não havendo então pedidos de intervenções, o **Presidente da Assembleia** esclareceu que o que vão votar, simultaneamente, é a aprovação da NÃO-ACEITAÇÃO da transferência de competências relativas ao domínio do transporte turístico de passageiros e do serviço público de transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores e das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril e Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, respetivamente, e aprovar a ACEITAÇÃO da transferência de competências relativamente ao domínio da Educação concretizada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação, as Propostas n.º 86/PRESIDENTE/2019 e Propostas n.º 92/PRESIDENTE/2019, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD) **deliberado**:-----

1.º - Aprovar a ACEITAÇÃO da transferência de competências relativamente ao domínio de Educação, concretizada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;

2.º - Aprovar a NÃO-ACEITAÇÃO da transferência de competências referentes aos seguintes domínio de atuação e respetivo diploma sectorial:-----

- Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril - Transporte turístico de passageiros e do serviço público de transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores;-----

- Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio - Áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.---

DECLARAÇÃO DE VOTO:-----

O Deputado Fábio Batista, em nome da bancada do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“Votamos favoravelmente a proposta da Câmara porque defendemos políticas de proximidade e acreditamos que a descentralização de competências em muitas áreas pode melhorar a prestação dos serviços às populações.-----

*Somos claramente pelo princípio da subsidiariedade. -----
É claro que esta área da Educação é das áreas mais importantes e mais complexas, mas nós acreditamos que alargando a responsabilidade da Câmara, a condição para exercício das políticas educativas pode efetivamente melhorar. -----
Esperamos da parte do Senhor Presidente da Câmara e da Vereação responsável que tenham sido tomadas todas as precauções necessárias para que esta descentralização seja plenamente positiva. -----
Nós queremos instalações dignas para a nossa comunidade escolar, queremos equipamentos e instrumentos de ensino adequados, um corpo não-docente adequado e qualificado, ação social e acompanhamento pedagógico em condições, transportes seguros e de qualidade. -----
Esta é a nossa responsabilidade a partir do próximo ano letivo, nós no partido social democrata estaremos atentos e disponíveis para que tudo corra bem e esperamos que a maioria no Município esteja à altura das suas responsabilidades.” -*

O **Presidente da Assembleia** disse que acabaram aqui hoje de assumir, todos nós, uma grande responsabilidade e fazemos votos, julgo que posso falar em nome de todos, para que as coisas corram da melhor forma, para que os principais beneficiados sejam efetivamente os alunos, pois é para eles, principalmente, que dirigimos toda a nossa atenção. -----

C.4 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A MINUTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA CIMBAL, NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e disse que gostaria que o Senhor Presidente, se assim o entendesse, prestasse alguns esclarecimentos sobre este ponto. -----

De imediato, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que afirmou haver pouco a dizer sobre a matéria. O Governo propõe a descentralização da responsabilidade dos transportes públicos, que nada tem a ver com transportes escolares efetuados pela Câmara Municipal, tem sim a ver com os transportes públicos normais a que nós estamos habituados. -----

Surgiram alguns problemas relacionados com a intermunicipalidade, os transportes que ligam entre municípios. Cada município é responsável pelos seus próprios transportes e tem que geri-los de forma eficaz e sustentável. Então como é que se faz nos transportes que vão de município a município? Quem paga? O quê? Onde começa a pagar e onde deixa de pagar? Naturalmente que a única solução são as comunidades intermunicipais que juntam diversos concelhos. -----

Portanto, temos aqui a proposta para avançar para uma transferência de competências integral dos transportes públicos para a nossa Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo - CIMBAL, que gere e coordena interesses dos 13 municípios, neste caso específico 12, e portanto como fizeram em outros municípios no país estamos precisamente a aprovar, se vocês assim o acharem, que passemos todas as transferências de responsabilidade da Câmara, assim como as verbas que recebemos para o Estado e eventuais verbas no

futuro de financiamento de passes etc., ou tarifas mais baixas, estamos a passar tudo para a CIMBAL que é a entidade onde nós pertencemos e que faz a gestão dos interesses intermunicipais destes 13 municípios, de Almodôvar a Barrancos. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado Jorge Marques. -----

Foi dada a palavra ao **Deputado Jorge Marques**, que proferiu o seguinte: -----

Sobre esta temática do transporte trago uma pequena intervenção. Sobre este contrato esperamos que tenha sido bem negociado e que possa melhorar o transporte público de passageiros, numa perspetiva da necessidade social, com circuitos adequados, equipamentos de qualidade que os utentes gozem dos benefícios que tanto têm sido publicitados. -----

Após a conclusão desta delegação de competências e com o processo em andamento é importante o seu acompanhamento e monitorização e uma posterior avaliação para percebermos, ou não, se foi uma boa decisão. -----

Concluída a intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a PROPOSTA N.º 01/VEREADOR/2019, exarada em 14 de maio de 2019, à votação, tendo a Assembleia, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----

Aprovar a delegação na CIMBAL, das competências de Autoridade Municipal de Transporte, bem como a celebração do **Contrato Interadministrativo** a exarar entre o Município de Almodôvar e a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL).

C.5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE ALMODÔVAR - ORU - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO PERU - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA PARA APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e informou que o documento foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara e sobre o qual pedia ao Senhor Presidente da Câmara que prestasse mais alguns esclarecimentos.-----

No uso da palavra o **Presidente da Câmara** disse que é muito simples, os programas de reabilitação urbana têm fases obrigatórias pela legislação, começamos na ARU, passamos para a ORU e agora estamos no PERU, que é precisamente o Plano Estratégico de Reabilitação Urbana. Já passamos por todas as fases, de discussão pública, de aprovação em Câmara, etc. -----

Já vieram a esta assembleia três PERU, da Aldeia dos Fernandes, Santa Clara e Rosário, é precisamente a mesma coisa portanto é um PERU que é necessário perante a legislação precisamente para permitir que possamos ter financiamento para reabilitação urbana e também algumas vantagens para os municípios, dentro das Áreas de Reabilitação Urbana ARU, passam a ter descontos caso assim o solicitem, no IVA assim como no licenciamento dentro da Câmara. Por Lei está estipulado que o licenciamento pode chegar aos 50% em termos de desconto e o IVA penso que passa para 6%, se vos estiver a enganar peço desculpa, mas acho que o IVA dos materiais de construção dentro da ARU pode ser adquirido a 6%. -----

Estas são algumas das vantagens entre outras situações, nomeadamente, dentro da ARU se o prédio a reabilitar for antigo, mais de 50 anos, podem prescindir de alguns projetos dentro do edifício, projetos de estabilidade, há uma série de regras e vantagens neste plano. Ele decorre da Lei, temos que o aprovar, caso contrário será uma grande complicação para a Câmara Municipal.-----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o Deputado José Guerreiro.-----

Foi dada a palavra ao **Deputado José Guerreiro**, que proferiu o seguinte:-----

É só uma pequena consideração em relação a este documento que realmente é muito importante. É um documento técnico que pretende enquadrar as operações de requalificação e reabilitação urbana da vila de Almodôvar. Aponta as linhas principais que devem ser tidas em conta pelos diversos atores no processo global desta natureza, é interessante e parece-nos bem elaborado. São operações de carácter temporal, muito delicadas e portanto tem necessariamente de ser um documento sujeito a uma avaliação permanente e sempre numa perspetiva de evolução. É evidente que se não existir vontade política da parte do município não passará de um documento técnico bem elaborado, mas sem qualquer aplicação prática. Pela nossa parte pensamos que é um documento que deve ser acolhido para gradualmente poder ser executado. Quanto aos investimentos públicos enumerados parece-nos que estão claramente inflacionados no seu valor financeiro, mas também é compreensível que assim seja.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**:-----

Aprovar a versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana [PERU], o qual orienta a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Vila de Almodôvar.-----

C.6 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO CINETEATRO MUNICIPAL DE ALMODÔVAR:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e disse que tiveram ocasião de receber e apreciar o documento. Este Regulamento que foi aprovado na Câmara apenas com os votos favoráveis do PS e pedia ao Senhor Presidente que prestasse mais alguns esclarecimentos.-----

O **Presidente da Câmara** explicou que esteve em consulta pública, não houve sugestões do público em geral, houve algumas sugestões do Senhor Vereador António Sebastião, penso que enquanto cidadão e enquanto Vereador também.-----

O Regulamento que nós temos aqui não é naturalmente um regulamento que não seja mutável, que não possa ser alterado no futuro, como está agora parece-nos servir perfeitamente bem. Aceitaram algumas das sugestões em Câmara, outras não aceitaram, porque acharam que não eram adequadas ou apropriadas no momento. No entanto, julga que o regulamento reflete muito bem as necessidades e o

funcionamento regulado do Cineteatro, se houver alguma falha detetada no futuro far-se-á de novo uma alteração e estamos disponíveis naturalmente para quando o fizermos caso queiram sugerir alguma alteração no decurso, que o façam para que possa ser alcançado. Convém dizer que achamos que não era possível de ser alterado, convém ter algum tempo para logística quando nos pedem o espaço do Cineteatro e acho que o planeamento aqui é muito importante porque temos filmes, temos compromissos, por vezes há teatro, ou outros espetáculos que vão surgindo ou que vão sendo agendados e precisamos por vezes, tentar alterar alguma coisa e colocar os funcionários e os colaboradores disponíveis. Portanto achamos que o tempo, os dias úteis estavam bem na versão original, achamos também que o valor dos bilhetes de entrada no cineteatro assim como o custo de eventual aluguer de sala ou do espaço em si estava justo, não se esqueçam que o espaço é cedido gratuitamente depois de autorizado em Câmara, é cedido gratuitamente a associações ou instituições do nosso concelho. Para instituições, associações ou entidades de fora há um custo a pagar e achamos que o custo que propomos é justo e adequando em conta aquilo que está à nossa volta em termos de espaços e disponibilidades. -----

De resto aceitamos outras sugestões que nos pareceram justas e lógicas neste processo e espero que os senhores deputados possam votar favoravelmente para que o cineteatro continue a trabalhar como está mas com regulamento próprio. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o deputado José Guerreiro. -----

Foi dada a palavra ao **Deputado José Guerreiro**, referiu o seguinte: -----

Neste projeto de Regulamento de funcionalidade do Cineteatro Municipal de Almodôvar, houve efetivamente uma consulta pública em que foram apresentadas algumas sugestões nomeadamente do Senhor Vereador António Sebastião, tendo sido algumas aprovadas e outras não aprovadas. Todos temos o direito de ter opiniões diferentes e é assim mesmo que funciona a democracia, no entanto parece-nos de bom-tom referir e estar de acordo com o que o nosso vereador lá disse, que por exemplo aqui no artigo 14.º, não sei se têm a folha à mão, o 14.º n.º 2 em que temos “a cedência pontual abrangem o dia da realização do evento das 09:00 horas às 23:59 horas e o dia imediatamente a seguir das 00:00 horas às 02:00 horas da manhã para a desmontagem”. O Senhor Vereador propôs que neste artigo deveria ser as cedências pontuais que abranja o período necessário para a realização de eventos incluindo montagem e desmontagem de equipamento” isto porquê? Parece-nos que das 00:00 horas às 02:00 horas da manhã pode ser curto para alguma desmontagem que possa ser mais complicada. A sugestão foi ouvida, mas não foi aprovada. Depois achamos muito longo este período no artigo 15.º, n.º 1 em que também se sugeriu que substituíssem os 30 dias úteis por 10 dias úteis, ou seja, tem de se fazer o requerimento do espaço com 30 dias úteis de antecedência, o que dá mês e meio pelo menos, e depois a Câmara pode demorar, se não me engano, 15 dias úteis o que dá 3 semanas outra vez, ou seja, qualquer um de nós uma entidade qualquer que queira requisitar o local, neste caso o Cineteatro, terá que o fazer pelo menos com 2 meses de antecedência. Por vezes não há agendamento tão perspicaz

como isso, fica a ressalva que não foi aprovado, mas que nos parece que seria mais prático substituir os 30 dias úteis de espera por 10 dias úteis, achamos que é suficiente. Para além disso, era também os preços que se sugeriu que poderiam baixar um bocadinho, entendeu-se que se deveriam manter, tudo bem, é só para elucidar que houve algumas sugestões que nos parecem lógicas e que seriam de melhor uso.-----

Não se tendo registado pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL DO CINETEATRO MUNICIPAL DE ALMODÔVAR, tendo a Assembleia, **por maioria**, com 17 votos a favor (PS) e 4 votos contra (PSD), **deliberado**: -----

Nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, **aprovar o Regulamento do Cineteatro Municipal de Almodôvar**.-----

C.7 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE OS ENCARGOS DECORRENTES DA ATRIBUIÇÃO DO ABONO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AO CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E GESTÃO TERRITORIAL:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e informou que a matéria foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara e solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que, se assim o entender, prestasse alguns esclarecimentos adicionais.-----

O **Presidente da Câmara** disse que não é necessário.-----

Continuando, o **Presidente da Assembleia**, abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido.-----

Estando o plenário elucidado e não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado**: -----

Aprovar, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a **atribuição de despesas de representação bem como eventuais correspondentes atualizações anuais**, no montante fixado para o pessoal da Administração Central, ao dirigente de 2º grau (Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos, Gestão Territorial), recentemente nomeado, **com efeitos a partir de 01 de maio de 2019**.-----

C.8 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e solicitou ao Presidente da Câmara que falasse sobre a listagem em apreço.-----

O **Presidente da Câmara** aclarou que é uma lista de contratos que passam de um ano fiscal para o outro, neste caso que passam de 2019 para 2020, basta a validade do contrato passar de 31 de dezembro para ser um contrato plurianual.

Neste caso temos 5 contratos, na próxima reunião poderemos ter mais, pois é normal nos contratos isso acontecer. -----

O 1.º tem a ver com a contratação de um técnico superior para a área do desporto. -----

O 2.º tem a ver com a contratação de serviços para promoção, marketing, publicidade no âmbito da ação do PROVER que foi o contrato feito para todo o tempo de durabilidade do PROVER. -----

O 3.º tem a ver com recursos humanos, assistentes operacionais através de uma empresa de trabalho temporário, para colmatar a necessidade que a câmara vai tendo e ter pessoal suficiente para assegurar e cobrir essas necessidades. -----

O 4.º é o Bairro da Misericórdia, o contrato feito com o empreiteiro que ganhou o Bairro da Misericórdia que é um contrato que vai até quase ao final de 2020, 300 dias.-----

E o último, foi feito com a empresa que faz os testes, as análises bioquímicas e físico-químicas das águas, especialmente das águas das piscinas.-----

Todos eles são contratos normais do dia-a-dia mas face à sua vigência ultrapassam o 31 de dezembro e são plurianuais.-----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em apreço. -----

C.9 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu ponto e deu a palavra ao Presidente da Câmara para prestar algumas informações adicionais. -----

O **Presidente da Câmara** colocou-se ao dispor para qualquer dúvida que surja da leitura do documento. -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

A Assembleia Municipal apreciou os documentos em apreço.-----

C.10 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,PSD). -----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a

ATA N.º 11 DE 28 DE JUNHO DE 2019
QUADRIÉNIO 2017-2021

sessão por encerrada, eram **vinte e três horas e trinta e cinco minutos**, do dia **28 de junho de 2019**. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas. -----

E eu, **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----